



NÍVEL SUPERIOR

PORTUGUÊS – 01 A 10

O fim do mundo - Cecília Meireles

A primeira vez que ouvi falar no fim do mundo, o mundo para mim não tinha nenhum sentido, ainda; de modo que não me interessava nem o seu começo nem o seu fim. Lembro-me, porém, vagamente, de umas mulheres nervosas que choravam, meio desganhadas, e aludiam a um cometa que andava pelo céu, responsável pelo acontecimento que elas tanto temiam.

Nada disso se entendia comigo: o mundo era delas, o cometa era para elas: nós, crianças, existíamos apenas para brincar com as flores da goiabeira e as cores do tapete.

Mas, uma noite, levantaram-me da cama, enrolada num lençol, e, estremunhada, levaram-me à janela para me apresentarem à força ao temível cometa. Aquilo que até então não me interessava nada, que nem vencia a preguiça dos meus olhos pareceu-me, de repente, maravilhoso. Era um pavão branco, pousado no ar, por cima dos telhados? Era uma noiva, que caminhava pela noite, sozinha, ao encontro da sua festa? Gostei muito do cometa. Devia sempre haver um cometa no céu, como há lua, sol, estrelas. Por que as pessoas andavam tão apavoradas? A mim não me causava medo nenhum.

Ora, o cometa desapareceu, aqueles que choravam enxugaram os olhos, o mundo não se acabou, talvez eu tenha ficado um pouco triste - mas que importância tem a tristeza das crianças?

Passou-se muito tempo. Aprendi muitas coisas, entre as quais o suposto sentido do mundo. Não duvido de que o mundo tenha sentido. Deve ter mesmo muitos, inúmeros, pois em redor de mim as pessoas mais ilustres e sabedoras fazem cada coisa que bem se vê haver um sentido do mundo peculiar a cada um.

Dizem que o mundo termina em fevereiro próximo. Ninguém fala em cometa, e é pena, porque eu gostaria de tornar a ver um cometa, para verificar se a lembrança que conservo dessa imagem do céu é verdadeira ou inventada pelo sono dos meus olhos naquela noite já muito antiga.

O mundo vai acabar, e certamente saberemos qual era o seu verdadeiro sentido. Se valeu a pena que uns trabalhassem tanto e outros tão pouco. Por que fomos tão sinceros ou tão hipócritas, tão falsos e tão leais. Por que pensamos tanto em nós mesmos ou só nos outros. Por que fizemos voto de pobreza ou assaltamos os cofres públicos - além dos particulares. Por que mentimos tanto, com palavras tão judiciosas. Tudo isso saberemos e muito mais do que cabe enumerar numa crônica.

Se o fim do mundo for mesmo em fevereiro, convém pensar-mos desde já se utilizamos este dom de viver da maneira mais digna.

Em muitos pontos da terra há pessoas, neste momento, pedindo a Deus - dono de todos os mundos - que trate com benignidade as criaturas que se preparam para encerrar a sua carreira mortal. Há mesmo alguns místicos - segundo leio - que, na Índia, lançam flores ao fogo, num rito de adoração.

Enquanto isso, os planetas assumem os lugares que lhes competem, na ordem do universo, neste universo de enigmas a que estamos ligados e no qual por vezes nos arrogamos posições que não temos - insignificantes que somos, na tremenda grandiosidade total.

Ainda há uns dias a reflexão e o arrependimento: por que não os utilizaremos? Se o fim do mundo não for em fevereiro, todos teremos fim, em qualquer mês...

(Quatro vozes, 1998)

01. (PMM/URCA 2025) Dadas às proposições, indique a que não corresponde às ideias do texto:

- A) Cada pessoa constrói um sentido que lhe é apropriado dentro do seu espaço/tempo.
- B) A memória tende a selecionar informações importantes e descartar aquilo que é irrelevante. Essa seleção é influenciada por emoções, foco de atenção, entre outros fatores.
- C) A dor existencial de nos apercebermos pequenos frente à grandiosidade cósmica universal. A liberdade de escolha e a consciência da finitude e do absurdo do mundo podem gerar angústia, mas podem servir como alerta para a possibilidade de assumir o controle da própria vida.
- D) O ser humano perde muito tempo com coisas que muito pouco significam. Deveria viver com mais autenticidade, confrontando a existência e fazendo escolhas genuínas.
- E) O importante é cultivar a consciência das experiências e sensações do momento, usando a atenção para se conectar com a realidade presente e encontrar paz e felicidade na vida.

02. (PMM/URCA 2025) Por que mentimos tanto, com palavras tão judiciosas? Tal excerto pode ser compreendido como:

- A) O que nos leva a distorcer a realidade, com falas insignificantes e de baixo valor?
- B) Por que dissimulamos a realidade, com expressões sensatas e prudentes?
- C) Qual o sentido falar o contrário do que pensamos, usando vocabulário inútil?
- D) Por que enganamos tanto, com expressões balbuciadas?
- E) Por que usamos de engodo, com palavras eruditas e formais?



03. (PMM/URCA 2025) *Levantaram-me da cama, enrolada num lençol, e, estremunhada, levaram-me à janela. O termo em destaque pode ser substituído, sem alterar o sentido, por:*

- A) assanhada.
- B) temerosa.
- C) despertada.
- D) atordoada.
- E) apressada.

04. (PMM/URCA 2025) Uma leitura geral do texto nos permite inferir:

- I. A passagem de um cometa marcou a vida da escritora. Ela nos apresenta de maneira clara e precisa suas considerações acerca da vida, do tempo e da finitude, ao fazer um paralelo com os mistérios do universo.
 - II. O texto fala da condição humana perante a inexorabilidade da morte.
 - III. Dentre as informações contidas, a preocupação e o cuidado com a infância são ressaltos como fundamentais para uma convivência pacífica.
 - IV. O modo de vida das pessoas é particular e intransferível; cada um imprime, à sua volta, o sentido que lhe é possível e/ou conveniente.
 - V. Esse é um bom exemplo de como as crônicas podem abordar assuntos banais do cotidiano para mergulhar em questões subjetivas e circunstanciais da vida.
- A) Apenas I, II e III estão corretas.
 - B) Apenas II, III e IV estão corretas.
 - C) Apenas I, II e IV estão corretas.
 - D) Apenas III, IV e V estão corretas.
 - E) Apenas IV e V estão corretas.

05. (PMM/URCA 2025) O termo destacado a seguir, sintaticamente, é classificado como: *As pessoas mais ilustres e sabedoras fazem cada coisa que bem se vê ...*

- A) Oração subordinada substantiva objetiva direta.
- B) Oração subordinada substantiva objetiva indireta.
- C) Oração subordinada substantiva predicativa.
- D) Oração subordinada substantiva apositiva.
- E) Oração subordinada substantiva completiva nominal.

06. (PMM/URCA 2025) ... *para me apresentarem à força ao temível cometa. Existe uma regra que justifica o uso do sinal indicativo de crase no termo destacado. Tal justificativa se encontra, em:*

- A) Ele prefere estudar à noite.
- B) Tal atitude só diz respeito à Cecília.
- C) Assisti à passagem do cometa.
- D) Fomos à casa de alguns amigos.
- E) Somos contrários àqueles que não percebem a fugacidade da vida.

07. (PMM/URCA 2025) *Em muitos pontos da terra há pessoas, neste momento, pedindo a Deus. Observe o termo em destaque no fragmento, em seguida veja as proposições e marque a resposta que as completa corretamente:*

Terminei minhas obrigações ___ duas décadas.
___ pessoas que desperdiçam seu tempo com inutilidades.
Vamos morrer ___ qualquer momento.
A indesejada vai chegar ___ sua porta.
Queria revê o cometa, ___, seria bom avaliar minha visão infantil.
A morte não chega ___ prazo.

- A) A; a; há; ah; a; à.
- B) Há; à; há; à; ah; à.
- C) À; a; há; à; ah; a.
- D) A; à; há; à; a; à.
- E) Há; a; há; à; ah; a.

08. (PMM/URCA 2025) Aponte a opção em desacordo com as regras de concordância nominal:

- A) É proibido permanência de crianças em conversas de adultos.
- B) As tias mesmas acordaram cedo para olhar o cometa.
- C) As pessoas compram bastante coisas desnecessárias.
- D) As mulheres parecem meio temerosas.
- E) Pessoas que rezam bastante a Deus.

09. (PMM/URCA 2025) *Lembro-me, porém, vagamente, de umas mulheres nervosas... Recebe acento pela mesma palavra em destaque:*

- A) Está de parabéns aquele que já refletiu e mudou o direcionamento da vida.
- B) Quando a realidade chega, caímos tal efeito dominó.
- C) Existem pessoas de fé.



- D) A vida não é um troféu dado aos espertos.
E) Passamos horas pedindo aos céus.

10. (PMM/URCA 2025) *Ora, o cometa desapareceu, aqueles que choravam enxugaram os olhos. Embora grafados de maneira distinta, os termos destacados apresento o mesmo som. Dadas as palavras a seguir, marque a que apresenta desvio da norma.*

- A) trouxa; xangô; enxarcar; enxurrada; encher; mechilhão.
B) trouxa; changô; encharcar; enxurrada; enxer; mexilhão.
C) trouxa; xangô; enxarcar; enchurrada; encher; mexilhão.
D) trouxa; xangô; encharcar; enxurrada; encher; mexilhão.
E) troucha; xangô; encharcar; enchurrada; enxer; mechilhão.

CONHECIMENTOS GERAIS – 11 A 20

11. (PMM/URCA 2025) “Em face de todas as razões até aqui expostas, e tendo em conta a possibilidade e a conveniência de se acentuar o componente jurídico do Estado, sem perder de vista a presença necessária dos fatores não-jurídicos, parece-nos que se poderá conceituar o Estado como a *ordem jurídica soberana que tem por fim o bem comum de um povo situado em determinado território*” (Dallari, 2007, p. 119. Elementos de Teoria geral do Estado. Grifo no original).

Para o professor Dalmo de Abreu na obra acima citada, a noção de poder se encontra implícita em qual elemento do estado:

- A) Povo
B) Região
C) Soberania
D) Finalidade
E) Burocracia

12. (PMM/URCA 2025) *Existem algumas entidades administrativas autônomas que realizam atividades típicas de Estado, de maneira descentralizada, sendo criada por meio de lei, tendo personalidade jurídica própria e patrimônio também próprio. Pode-se afirmar, corretamente, que realiza uma atividade típica de Estado, de forma descentralizada os(as):*

- A) Estados
B) Municípios
C) União

- D) Autarquias
E) Fundações Privadas

13. (PMM/URCA 2025) *Ao redor do mundo, de maneira geral, o Poder Legislativo, em âmbito nacional, pode estruturar-se sob duas formas: unicameral e bicameral. No Brasil, adota-se o modelo:*

- A) Bicameral federativo
B) Unicameral federativo
C) Bicameral confederado
D) Unicameral confederado
E) Senatorial confederado

14. (PMM/URCA 2025) *O Congresso Nacional funciona, em regra, de maneira separada. Entretanto, em algumas situações, é possível que ocorra o seu funcionamento em conjunto. Assinale a opção que corresponde a uma dessas situações.*

- A) Abertura do processo de *impeachment* do(a) Presidente da República.
B) Votação de Proposta de Emenda à Constituição.
C) Votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).
D) Quando da votação do regimento interno do Senado Federal.
E) Quando da inauguração da Sessão Legislativa.

15. (PMM/URCA 2025) *A cidadania, entre outras formas possíveis, pode ser compreendida como um processo histórico que continuamente está sendo formulada e reformulada, na interação direta ou não com dimensão estatal. Com base nessa afirmação, é possível afirmar que o conceito de cidadania:*

- A) É situacional, pois se encontra inserido dentro de um contexto de mudanças sociais.
B) Independe do contexto histórico, posto que é formulado pensando-se em determinado grupo.
C) Possui ligação única com o poder estatal, não sendo passível de outra interpretação.
D) Permanece imune a críticas e contradições desde a sua construção inicial.
E) Caminha em descompasso com as mudanças sociais e políticas do século XX.



16. (PMM/URCA 2025) “Cerca de um milhão de soldados russos foram mortos ou feridos na invasão em larga escala da Ucrânia, mostrou um novo levantamento do Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais (CSIS), um think tank em Washington, DC” (Fonte: CNN Brasil, 2025).

Disponível em <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/guerra-ja-matou-ou-feriu-quase-um-milhao-de-soldados-russos-diz-estudo/>. Acesso em 21/10/2025).

Com relação à atual fase da sangrenta Guerra travada entre Rússia e Ucrânia, após o primeiro país invadir o segundo, é correto afirmar:

- A) Ela teve início quando a Rússia invadiu a Criméia em 2014, ocorrendo de maneira ininterrupta até os dias atuais.
- B) A Ucrânia recebeu, tanto dos países europeus como dos EUA, autorização irrestrita para a utilização de mísseis de longo alcance.
- C) A guerra teve início em fevereiro de 2022, quando o Presidente Russo anunciou uma Operação Militar Especial na Ucrânia.
- D) A capital da Ucrânia, Kiev, tem permanecido imune aos ataques, em função do sistema de proteção antimísseis.
- E) O atual governo dos EUA tem mantido uma postura firme de defesa dos interesses ucranianos e da OTAN.

17. (PMM/URCA 2025) **Uma das principais inovações científicas dos últimos anos foi a relativa popularização da Inteligência Artificial, a qual possui defensores e detratores. Ela está cada vez mais presente na vida das pessoas ao redor do mundo, por meio de assistentes virtuais, serviços financeiros, pesquisa, análise imagens médicas, entre outras utilidades. No que se refere ao uso cada vez mais corrente da IA é possível afirmar:**

- A) Os maiores desafios são de natureza ética e de regulamentação.
- B) A IA generativa ainda não é uma realidade disponível para uso.
- C) A IA possui grande credibilidade, pois está imune a equívocos.
- D) As chamadas *deepfakes* não se utilizam de IA para sua construção.
- E) Existe uma preocupação reduzida do uso da IA em processos eleitorais.

18. (PMM/URCA 2025) **Um dos filmes brasileiros de maior repercussão nacional e internacional nos últimos anos foi “Ainda Estou Aqui”, dirigido por Walter Salles e baseado em livro homônimo. A atuação no Filme rendeu à atriz Fernanda Torres o Globo de Ouro de Melhor Atriz em Drama, no ano de 2025. Tanto o filme como o livro contam a história:**

- A) Do ex-Deputado Federal Rubens Paiva, morto em 1971 pelo regime ditatorial que comandava o País desde 1964.
- B) Do jornalista Vladimir Herzog assassinado, mediante tortura, em outubro de 1975, pela Ditadura Militar através do DOI-CODI.
- C) Do estudante Edson Luís de Lima Souto, morto pela Política Militar em 1968, em um protesto contra a ditadura, com apenas 18 anos.
- D) Do processo de aposentadoria compulsória do então professor da USP Florestan Fernandes, concretizada pelo Regime Militar.
- E) Do educador pernambucano Paulo Freire, que foi considerado um subversivo, preso e exilado pelo Regime Militar no ano de 1964.

19. (PMM/URCA 2025) “Destaca-se que uma Região Metropolitana é uma área formada por diversos municípios que apresentam uma estrutura e aglomeração interligada. A necessidade de criação das Regiões Metropolitanas deriva de um processo de conurbação entre cidades, dado que estas quando pertencentes a uma mesma região metropolitana, devem apresentar sistemas de transporte, comunicação, pavimentação e outros serviços que estejam interligados entre os diferentes limites municipais. Tal estrutura torna-se relevante como medida para elaboração de estratégias de planejamento e gestão do Governo do Estado” (IPECE, 2018. Panorama Socioeconômico das Regiões Metropolitanas cearenses.

Disponível em https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2021/03/PANORAMA_SOCIOECONOMICO_DAS_REGIOES_METROPOLITANAS_CEARENSES_2018.pdf.

Atualmente o Estado do Ceará possui as seguintes Regiões Metropolitanas:

- A) Fortaleza, Litoral Oeste e Cariri.
- B) Sobral, Cariri e Litoral Leste.
- C) Fortaleza, Cariri e Sobral.
- D) Fortaleza, Sobral e Médio Jaguaribe.
- E) Cariri, Inhamuns e Fortaleza.

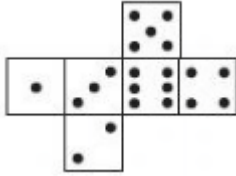
20. (PMM/URCA 2025) **De acordo com o Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE), o município de Mauriti foi criado a partir do desmembramento do município de Milagres, no ano de:**

- A) 1938
- B) 1985
- C) 1890
- D) 1780
- E) 1895



RACIOCÍNIO LÓGICO – 21 A 25

21. (PMM/URCA 2025) Temos dois dados não viciados, cada um com as faces numeradas de 1 a 6. A figura mostra a planificação de cada dado.



Os dados são lançados simultaneamente sobre uma mesa. Sabe-se que pelo menos um dado caiu com a face do número 5 voltada para baixo (em contato com a mesa). Qual é a probabilidade de que a soma das faces voltadas para cima (as faces opostas às que estão em contato com a mesa) seja no máximo 6?

- A) 0
B) $\frac{7}{11}$
C) $\frac{2}{11}$
D) $\frac{2}{3}$
E) $\frac{7}{12}$
22. (PMM/URCA 2025) Numa competição de natação estavam competindo as atletas: Ana, Bia, Cicera, Duda, Erica e Francisca. A ordem de classificação final obedeceu as seguintes regras:
- Bia não foi a campeã do torneio.
 - Francisca foi a vice-campeã.
 - Erica chegou duas posições antes de Cicera.
 - Ana chegou antes de Erica, mas não imediatamente antes.
 - Duda chegou logo depois de Francisca.
- A) Ana
B) Bia
C) Cicera
D) Duda
E) Erica
23. (PMM/URCA 2025) Considerando a data atual (o dia em que esta prova está sendo realizada), daqui a 1000 dias, que dia da semana será?

- A) terça-feira
B) quarta-feira
C) quinta-feira
D) sexta-feira
E) sábado
24. (PMM/URCA 2025) Qual a negação da frase: Todos os macacos voam e nenhum peixe nada.
- A) Algum macaco não voa e algum peixe nada.
B) Nenhum macaco não voa ou todos os peixe nada.
C) Algum macaco não voa ou algum peixe nada.
D) Algum macaco voa ou algum peixe nada.
E) Nenhum macaco voa ou todos os peixe nada.
25. (PMM/URCA 2025) Em uma fábrica especializada em brincos, Ana e Bruno receberam a tarefa de produzir um lote de brincos sob encomenda. Ao término do dia, Ana havia fabricado $\frac{4}{11}$ da quantidade total de brincos. Bruno, devido à sua maior experiência na área, conseguiu produzir 50% a mais do que Ana produziu. Considerando essa situação, assinale a alternativa correta.
- A) Eles terminaram todos os brincos.
B) Ainda falta $\frac{1}{11}$ dos brincos a serem produzidos.
C) Eles produziram um total de $\frac{3}{22}$ dos brincos.
D) Falta $\frac{3}{11}$ do lote para concluir a encomenda.
E) Eles produziram um total de $\frac{5}{22}$ dos brincos.



PROCURADOR JURÍDICO – 26 A 50

26. (PMM/URCA 2025) “Dizer o Direito é poder conferido ao Judiciário”. ACQUAVIVA, Marcus Cláudio. *Dicionário Jurídico Brasileiro. Jurídica Brasileira. São Paulo. O lugar, as pessoas, as matérias, o valor da causa, resumem o âmbito em que o Estado-Juiz poderá conhecer e julgar. Na prática processual civil vigente esses são elementos que integram o conceito de:*

- A) competência
- B) jurisdição
- C) circunscrição
- D) soberania
- E) *juria novit curia*

27. (PMM/URCA 2025) “Desde a carta de 1988, Estado Social e nação se unificam na tradição brasileira, de duas décadas vividas e atravessadas, numa sinopse axiológica que traduz a grandeza, a solidez e o vigor da solidariedade na alma do povo brasileiro, abraçado ao compromisso irrevogável de sua carta magna, dirigido à concretização da justiça social.” Bonavides, Paulo. *Teoria Geral do Estado. São Paulo. Malheiros Editores. Em face dos princípios fundamentais norteadores do Estado, inserido no artigo 1o. da Constituição Federal do Brasil, podemos afirmar que se trata, predominantemente, de uma constituição:*

- A) Conservadora
- B) Comunista
- C) Liberal
- D) Social-Democrata
- E) Socialista

28. (PMM/URCA 2025) **Analisando este caso fictício: Maria casada em regime de comunhão parcial com Pedro, constituíram um patrimônio de 500 mil reais em caderneta de poupança, conjunta. Dessa união nasceu Tereza, no dia 11 de outubro de 2025, logo após o primeiro respiro Tereza veio a óbito. Antes, porém, uma outra tragédia já havia caído sobre a família, Maria morreu no parto, sem presenciar sequer o nascimento de Tereza. A mãe de Maria, viúva, ingressou na justiça para reaver metade dos bens do casal, porque segundo ela, a metade dos 500 mil reais em caderneta de poupança, seriam de direito seu, por ser herdeira direta de Maria. Sobre os direitos do nascituro, no Direito Civil brasileiro. Qual a resposta certa:**

- A) a mãe de Maria tem direito à herança da filha porque ela morreu antes do nascimento de Tereza e porque a criança Tereza morreu logo após nascer.
 - B) Tereza por ter nascido com vida, adquiriu os direitos civis e consequentemente à herança da mãe, que já estava a salvo desde a concepção.
 - C) Tereza não tem direito e nem pretensão de direito, enquanto não nascer com vida.
 - D) por ser absolutamente incapaz, ao nascer, Tereza não tem direito à herança, mesmo tendo nascido com vida.
 - E) os direitos do nascituro caíram por terra em face da jurisprudência do STF que reconheceu a constitucionalidade do Art. 5º da Lei 11.105/2005: “É permitida, para fins de pesquisa e terapia, a utilização de células-tronco embrionárias obtidas de embriões humanos produzidos por fertilização in vitro e não utilizados no respectivo procedimento, atendidas as seguintes condições”, sobre o uso das células tronco embrionárias.
29. (PMM/URCA 2025) **Sobre a Administração Pública no Direito Administrativo brasileiro, e, no entendimento da doutrina, podemos afirmar:**
- A) “A Administração Pública submete-se ao regime jurídico de direito público, somente”. DI PIETRO, *Direito Administrativo*, Editora Forense. 31ª ed. Rio de Janeiro.
 - B) “Quando a Administração Pública e/ou o legislador, instituírem, por lei, uma entidade para desempenhar atividade econômica, poderá submetê-la ao regime jurídico do direito público ou do direito privado”. DI PIETRO, *Direito Administrativo*, Editora Forense. 31ª ed. Rio de Janeiro.
 - C) “Pode a Administração Pública, por ato próprio, de natureza administrativa, optar por um regime jurídico não autorizado em lei”. DI PIETRO, *Direito Administrativo*, Editora Forense. 31ª ed. Rio de Janeiro.
 - D) “A Administração pode adotar modelo privatístico, mas nunca é integral a sua submissão ao direito privado; às vezes, ela se nivela ao particular, no sentido de que não exerce sobre ele qualquer prerrogativa de Poder Público; mas nunca se despe de determinados privilégios, como o juízo privativo, o processo especial de execução, etc.” DI PIETRO, *Direito Administrativo*, Editora Forense. 31ª ed. Rio de Janeiro.
 - E) “O conceito de regime jurídico-administrativo é reservado tão somente para abranger o conjunto de traços, de conotações, que tipificam o Direito Administrativo, colocando a Administração numa posição privilegiada, vertical, na relação jurídico-administrativa. Este conceito é o mesmo empregado na expressão: regime jurídico da administração pública”. DI PIETRO, *Direito Administrativo*, Editora Forense. 31ª ed. Rio de Janeiro.



30. (PMM/URCA 2025) “O sistema de responsabilização por atos de improbidade administrativa tutelar a probidade na organização do Estado e no exercício de suas funções, como forma de assegurar a integridade do patrimônio público e social”, nos termos desta Lei de Improbidade Administrativa vigente. Sobre este tema é correto afirmar:

- A) Consideram-se atos de improbidade administrativa as condutas dolosas e culposas tipificadas na Lei de Improbidade Administrativa.
- B) O mero exercício da função ou desempenho de competências públicas, sem comprovação de ato doloso com fim ilícito, não afasta a responsabilidade por ato de improbidade administrativa.
- C) Estão sujeitos às sanções desta Lei os atos de improbidade praticados contra o patrimônio de entidade privada que receba subvenção, benefício ou incentivo, fiscal ou creditício, de entes públicos ou governamentais, previstos na Lei de Improbidade Administrativa.
- D) As disposições desta Lei não são aplicáveis, àquele que, mesmo não sendo agente público, induza ou concorra dolosamente para a prática do ato de improbidade.
- E) Se houver indícios de ato de improbidade, a autoridade que conhecer dos fatos poderá representar ao Ministério Público competente, para as providências necessárias.

31. (PMM/URCA 2025) O foro adequado para as ações, no âmbito do Processo Civil, em que a União é autora, contra um cidadão domiciliado e residente em Mauriti-Ceará, é:

- A) a justiça comum estadual de Mauriti.
- B) o Distrito Federal.
- C) a vara da fazenda pública de Mauriti.
- D) qualquer foro da justiça federal.
- E) o foro do domicílio do réu.

32. (PMM/URCA 2025) Sobre os direitos da personalidade, no âmbito do direito civil pátrio, não é correto afirmar:

- A) a pessoa natural pode deixar em vida em ato formal, a disposição gratuita do próprio corpo com objetivo científico, após sua morte.
- B) o pseudônimo adotado para atividades lícitas goza da proteção que se dá ao nome.
- C) É irrenunciável, em regra, o direito à privacidade enquanto direito da personalidade.

- D) sem autorização, pode-se usar o nome alheio em propaganda comercial, desde que seja uma pessoa pública.
- E) desaparecendo uma pessoa do seu domicílio sem dela haver notícia, se não houver deixado representante ou procurador a quem caiba administrar-lhe os bens, o juiz, a requerimento de qualquer interessado ou do Ministério Público, declarará a ausência, e nomear-lhe-á curador.

33. (PMM/URCA 2025) Sobre os princípios da Administração Pública e sua interpretação técnico-jurídica, é falso afirmar:

- A) No Direito Administrativo, desde suas origens, os princípios representaram papel relevante, permitindo à Administração e ao Judiciário estabelecer o necessário equilíbrio entre os direitos dos administrados e as prerrogativas da Administração.
- B) Podemos dizer que os 2 princípios fundamentais e que decorrem da bipolaridade do Direito Administrativo – liberdade do indivíduo e autoridade da Administração – são os princípios da legalidade e da supremacia do interesse público sobre o particular, que não são específicos do Direito Administrativo porque informam todos os ramos do direito público; no entanto, são essenciais, porque, a partir deles, constroem-se todos os demais.
- C) A Constituição de 1988 ao fazer expressa menção a alguns princípios a que se submete a Administração Pública Direta e Indireta, a saber, os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade administrativa, da publicidade e eficiência, foi considerada por parte da doutrina como inovadora, neste particular.
- D) O princípio da legalidade juntamente com o princípio do controle da administração pelo Poder Judiciário, nasceu com o Estado de Direito e constitui uma das principais garantias de respeito aos direitos individuais. Isto porque a lei, ao mesmo tempo em que os define, estabelece também os limites da atuação administrativa que tenha por objeto a restrição ao exercício de tais direitos em benefício da coletividade.
- E) “Na relação administrativa, a vontade da Administração Pública é a que decorre da lei, da moral e dos costumes”. DI PIETRO, Direito Administrativo, Editora Forense. 31ª ed. Rio de Janeiro.

34. (PMM/URCA 2025) Sobre capacidade processual, nos termos do CPC, serão representados em juízo ativa e passivamente:

- A) O Prefeito, procurador ou Associação de Representação de Municípios, independente de autorização expressa.
- B) A autarquia e a fundação de direito público, por quem a lei do ente federado designar.
- C) O Estado e o Distrito Federal, por seus Defensores Públicos.



- D) A União pelo Procurador Geral da República.
- E) A pessoa jurídica estrangeira, pelo gerente, representante ou administrador de sua filial, agência ou sucursal na sede da empresa, no exterior.

35. (PMM/URCA 2025) Sobre os Direitos e Garantias Individuais e coletivas, na Constituição Federal, é errado afirmar:

- A) a desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social será procedida mediante justa e prévia indenização em dinheiro, salvo ressalvas previstas na própria Constituição.
- B) é garantido o direito de herança.
- C) no caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar da propriedade particular, assegurado ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.
- D) a pequena propriedade rural, desde que trabalhada pela família, não será objeto de penhora para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva.
- E) é garantido o direito de propriedade, independente dessa propriedade atender ou não à sua função social.

36. (PMM/URCA 2025) Sobre as pessoas jurídicas no Direito Civil, podemos afirmar:

- A) As pessoas jurídicas de direito privado, sem prejuízo do previsto em legislação especial e em seus atos constitutivos, poderão realizar suas assembleias-gerais por meio eletrônico, exceto para os fins de alterar o estatuto e destituir os administradores.
- B) Se a pessoa jurídica vier a faltar, o juiz, a requerimento de qualquer interessado, nomear-lhe-á administrador permanente.
- C) Começa a existência legal das pessoas jurídicas de direito privado com a inscrição do ato constitutivo no respectivo conselho da classe em que atua a pessoa jurídica, precedida, quando necessário, de autorização ou aprovação do poder executivo. Os atos posteriores de alterações no ato constitutivo poderão ser averbados.
- D) São pessoas jurídicas de direito privado externo os Estados estrangeiros e todas as pessoas que forem regidas pelo direito internacional.
- E) São pessoas jurídicas de direito privado: as associações, as sociedades, as fundações, as organizações religiosas e os partidos políticos.

37. (PMM/URCA 2025) Sobre os Poderes da Administração não é correto afirmar que a Administração tem:

- A) O poder de avocar atribuições, em todos os casos e, delegar atribuições desde que lhe sejam privativas.
- B) O poder de editar atos normativos.
- C) Dar ordens aos subordinados.
- D) O poder de controlar a atividade dos órgão inferiores.
- E) O Poder disciplinar é o que cabe à administração pública para apurar infrações e aplicar penalidades aos servidores públicos.

38. (PMM/URCA 2025) Sobre o instituto da Intervenção de Terceiros, no Processo Civil, podemos afirmar:

- A) O *Amicus Curiae* se dará quando o juiz ou o relator da ação, considerando a relevância da matéria, a especificidade do tema objeto da demanda ou a repercussão social da controvérsia, admitir a participação de pessoa natural, somente, e, desde que esta possua representatividade adequada, em decisão irrecurável, de ofício ou a requerimento das partes ou de quem pretenda manifestar-se.
- B) Poderá ser chamado ao processo, requerido pelo réu: o afiançado, na ação em que o fiador for réu; os demais fiadores, na ação proposta contra um ou alguns deles; não se admitirá no processo os demais devedores solidários, ainda quando o credor exigir de um ou de alguns o pagamento da dívida comum;
- C) A assistência será admitida em qualquer procedimento e em todos os graus de jurisdição, recebendo o assistente o processo no estado em que se encontre.
- D) Feita a denunciação da lide pelo autor, o denunciado poderá assumir a posição de litisconsorte do denunciante, mas não poderá acrescentar novos argumentos à petição inicial.
- E) o incidente de desconconsideração da personalidade jurídica não integra o rol do título referente às intervenções de terceiros.

39. (PMM/URCA 2025) Os partidos políticos no Brasil podem ser de livre criação, fusão, incorporação e extinção, devem, entretanto, observar alguns preceitos e resguardar alguns princípios previstos no ordenamento jurídico-constitucional brasileiro, dentre esses:

- A) ter caráter regional.
- B) receber recurso financeiros de qualquer doador, nacional ou estrangeiro, pessoa física ou jurídica.
- C) resguardar a soberania nacional.
- D) em caráter excepcional se submeter a governos estrangeiros ou de subordinação a estes.
- E) prestar de contas à justiça eleitoral, quando formalmente solicitado pelo Juiz Eleitoral.



40. (PMM/URCA 2025) Sobre as associações e a fundações, no direito civil, é incorreto afirmar:

- A) As associações, a exemplo da Associação Cristã de Base (ACB), é constituída pela união de pessoas que se organizam para fins não econômicos.
- B) Dentre outros previstos na legislação civil, devem constar, sob pena de nulidade, nos estatutos das associações: a denominação, os fins e a sede da associação, os requisitos para admissão, demissão e exclusão dos associados, as fontes de recursos para sua manutenção.
- C) Para criar uma fundação, o seu instituidor fará, por escritura pública ou testamento, dotação especial de bens livres, especificando o fim a que se destina.
- D) As fundações poderão constituir-se, somente, para fins de assistência social, educação, saúde, promoção da ética, da cidadania, da democracia e dos direitos humanos.
- E) Velará pelas fundações o Ministério Público do Estado onde situadas.

41. (PMM/URCA 2025) De conformidade com a lei de licitações e contratos administrativos podemos afirmar:

- A) Esta lei estabelece normas gerais de licitação e contratos administrativos para todos os entes da administração pública, inclusive as empresas públicas, sociedade de economia mista e as suas subsidiárias.
- B) Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro.
- C) Esta lei se aplica, dentre outros: - à concessão e permissão de uso de bens públicos; - obras e serviços de arquitetura, engenharia. Mas, não se aplica a contratações de tecnologia da informação e de comunicação.
- D) Licitante é a pessoa física ou jurídica que participa ou manifesta a intenção de participar de processo licitatório, sendo-lhe equiparável, para os fins desta Lei, o fornecedor ou o prestador de serviço que, em atendimento à solicitação da Administração, oferece proposta. Vedada a participação como licitante de consórcios de pessoas jurídicas.
- E) A notória especialização é a qualidade de profissional ou de empresa cujo conceito, no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiência,

publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos relacionados com suas atividades, permite inferir que o seu trabalho e reconhecidamente são adequados à satisfação, ainda que parcial, do objeto do contrato.

42. (PMM/URCA 2025) Sobre os Recurso no Processo Civil, não é correto afirmar:

- A) São cabíveis os recursos de apelação, agravo de instrumento, agravo interno, embargos de declaração, recurso ordinário, recurso especial, recurso extraordinário, agravo em recurso especial ou extraordinário, embargos de divergência.
- B) Dos despachos não cabe recurso.
- C) Na apelação a petição deverá ser dirigida ao juízo de primeiro grau, contendo nomes e a qualificação das partes, a exposição do fato e do direito, as razões do pedido de reforma ou de decretação de nulidade, o pedido de nova decisão.
- D) O Agravo de Instrumento é cabível contra decisões interlocutórias que versarem sobre tutelas provisórias, mérito do processo, rejeição da alegação de convenção de arbitragem, incidente de desconsideração da personalidade jurídica, rejeição do pedido de gratuidade da justiça ou acolhimento do pedido de sua revogação, exibição ou posse de documento ou coisa, exclusão de litisconsorte, rejeição do pedido de limitação do litisconsórcio, admissão ou inadmissão de intervenção de terceiros, concessão, modificação ou revogação do efeito suspensivo aos embargos à execução; redistribuição do ônus da prova nos termos do art. 373, parágrafo 1º do CPC. Não cabe, nos termos do CPC, Agravo de Instrumento contra decisões interlocutórias proferidas na fase de liquidação de sentença.
- E) O Agravo Interno é cabível contra decisão proferida pelo relator, e será julgado pelo órgão colegiado, observadas, quanto ao processamento, as regras do regimento interno do tribunal. A petição do Agravo Interno será dirigida ao relator, que poderá se retratar.

43. (PMM/URCA 2025) Sobre o regime de competências na Constituição Federal, não é correto afirmar:

- A) a competência para legislar sobre desapropriação é privativa da União.
- B) cuidar da saúde e assistência pública é competência comum da União, Estados, Distrito Federal e dos Municípios.
- C) legislar sobre Direito Tributário é competência concorrente da União, Estados e Distrito Federal.
- D) preservar as florestas, a fauna e a flora é competência comum a todos os entes da federação, incluindo os Municípios.



- E) legislar sobre a proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico é competência concorrente da União, Estados, Distrito Federal e dos Municípios.
- 44. (PMM/URCA 2025) Sobre o domicílio e residência, nos termos do Direito Civil, é certo afirmar:**
- A) o domicílio da pessoa natural é qualquer lugar onde ela estabelece atividade laboral.
- B) tem domicílio necessário o incapaz, o servidor público, o marítimo e o preso. O militar, onde fica o batalhão mais próximo da sua residência.
- C) nos contratos escritos, poderão os contratantes, especificar domicílio onde se exercitem e cumpram os direitos e obrigações deles resultante.
- D) o agente diplomático do Brasil não poderá ser citado no estrangeiro, exceto para os atos urgentes, quando poderá ser citado na sede do ministério das relações exteriores do país onde estiver servindo.
- E) quanto às pessoas jurídicas, o domicílio é: dos Municípios, o endereço da casa do Prefeito, do Vice-Prefeito e do Presidente da Câmara; dos Estados e Territórios, as respectivas capitais; da União, o Distrito Federal.
- 45. (PMM/URCA 2025) Sobre o Meio Ambiente como direito fundamental. De conformidade com o Artigo 225 da Constituição Federal.**
- A) O Direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado é um Direito Humano.
- B) O dever de preservar o meio ambiente e defendê-lo para as presentes e futuras gerações é imposto, nos termos da Constituição Federal, ao poder público e não à coletividade, porque o Estado tem orçamento e políticas públicas para esse fim.
- C) Para assegurar a efetividade do direito ao meio ambiente equilibrado pode o Estado, por seus entes federados, definir espaços territoriais protegidos, a exemplo das Unidades de Conservação.
- D) A educação ambiental e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente deve ser promovidas em todos os níveis de ensino.
- E) O Estado deve manter regime fiscal favorecido para os biocombustíveis e para o hidrogênio de baixa emissão de carbono, assegurando-lhes tributação inferior à incidente sobre os combustíveis fósseis.
- 46. (PMM/URCA 2025) Sobre os bens públicos não é correto afirmar, nos termos do ordenamento civil brasileiro:**
- A) são bens públicos os de uso comum do povo, como os rios, mares, estradas, ruas e praças, e o uso comum desses bens serão gratuitos e nunca retribuído.
- B) são bens públicos os bens de uso especial, tais como edifícios ou terrenos destinados a serviço ou estabelecimento da administração federal, estadual, territorial e municipal.
- C) são bens públicos os bens dominicais, patrimônio das pessoas jurídicas de direito público.
- D) os bens públicos de uso comum do povo, qualificados e conservados como tais, são inalienáveis e não estão sujeitos a usucapião.
- E) os bens públicos dominicais podem ser alienados.
- 47. (PMM/URCA 2025) A política de desenvolvimento urbano, nos termos da ordem jurídica constitucional, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes. Sobre esse tema não é certo afirmar:**
- A) o plano diretor é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana e é obrigatório para cidades com mais de 20 mil habitantes.
- B) a política de desenvolvimento urbano, executada pelo poder público Municipal e pelo poder público Estadual são responsáveis por elaborar o plano diretor em cidades com mais de 100 mil habitantes.
- C) o plano diretor deve ser aprovado no poder legislativo.
- D) a aquisição prescritiva da propriedade em área urbana está restrita à aquele que possuir como sua área urbana de até 250 m², por 5 anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.
- E) as exigências fundamentais de ordenação da cidade expressa no plano diretor definem formas de cumprir a função social da propriedade urbana.
- 48. (PMM/URCA 2025) Sobre a resposta do Réu no âmbito do processo civil, quais dessas matérias não pode o réu alegar em preliminar da contestação:**
- A) incapacidade da parte, defeito de representação ou falta de autorização.
- B) indevida concessão do benefício de gratuidade da justiça.
- C) exceção de impedimento e/ou suspeição.
- D) incompetência absoluta e relativa.
- E) indevida concessão do benefício de gratuidade da justiça.
- 49. (PMM/URCA 2025) Acerca dos fatos e do negócio jurídico no direito civil brasileiro, podemos afirmar:**



- A) a validade da declaração de vontade dependerá de forma especial, senão quando a lei expressamente não a exigir.
- B) a validade do negócio jurídico requer: agente capaz, forma prescrita ou não defesa em lei, objeto lícito, possível, determinado ou determinável.
- C) a escritura pública, sem exceção, é essencial à validade dos negócios jurídicos que visem à constituição, transferência, modificação ou renúncia de direitos reais sobre imóveis de valor superior a 30 vezes o maior salário mínimo vigente no País.
- D) o silêncio sempre importa anuência.
- E) nas declarações de vontade se atenderá mais ao sentido literal de linguagem do que à intenção nelas consubstanciada.

50. (PMM/URCA 2025) Sobre a prescrição e a decadência marque a opção errada segundo o direito civil brasileiro.

- A) A exceção prescreve no mesmo prazo em que a pretensão.
- B) Não corre a prescrição entre os cônjuges, na constância da sociedade conjugal.
- C) Prescreve em 3 anos a pretensão de reparação civil.
- D) O juiz não deve reconhecer de ofício a decadência, ainda quando estabelecida em lei.
- E) A prescrição intercorrente observará o mesmo prazo da prescrição da pretensão, observadas as causas de impedimento, de suspensão e de interrupção da prescrição.